

Goiás Parcerias



Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás

Relatório de Sustentabilidade

Referente ao ano de 2023



Relatório de Sustentabilidade

A COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS – Goiás Parcerias é uma sociedade anônima de economia mista, de capital fechado, autorizado pela Lei Estadual nº. 14.910 de 11 de agosto de 2004, e suas posteriores alterações, regida por Estatuto Social, pelas Leis Federais nº 6.404 de 15 de dezembro 1976, pela Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016 e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Tem como objetivo precípuo colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP, e estruturar outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás, disponibilizando bens, equipamentos e utilidades para a administração estadual, mediante pagamento de adequada contrapartida financeira, bem como gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Estado ou por entidades da administração pública indireta, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título.

Podendo ainda, para atingir os seus objetivos, celebrar de forma isolada ou em conjunto com a administração pública, órgãos da administração direta e indireta, contratos, convênios ou outros termos ou instrumentos afins, que tenham por objeto: a elaboração de estudos técnicos de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como, a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a ser utilizada, como a instituição de Parcerias Público Privadas – PPP, a locação ou promessa de locação,



arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens, podendo neste caso assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos termos destes instrumentos.

1. Os objetivos e as metas definidos para o exercício;

O desempenho geral do ano de 2023 da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) ficou dentro do esperado, tendo em vista que foram desenvolvidas estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento dos 18 (dezoito) projetos de Parcerias (PPPs, concessões e outras modalidades) e de apoio regulatório.

Entretanto, a Administração da Goiás Parcerias ainda não gerou receitas que custeasse as despesas no Exercício do ano de 2023, primeiramente devido ao Estado de Goiás não ter planejado orçamento à Administração Direta e Estatais para a pauta PPP e Concessões, e, segundo os atuais projetos não chegaram ainda na etapa de leilão, momento em que o Concessionário assume reembolso específico para a Goiás Parcerias. Assim, por decisão da atual gestão, os serviços da Companhia estão sendo desempenhados normalmente para a Administração Direta e Estatais, e, suas finanças não têm dependência junto ao Estado de Goiás.

Ainda, visando ampliação da execução da estratégia da Goiás Parcerias no ano de 2023, o Diretor Presidente empreendeu 5 (cinco) novas parcerias com a Secretaria de Estado da Retomada, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Secretaria de Estado do Meio



Ambiente. Totalizando 18 (dezoito) projetos a serem estudados por meio de Grupos de Trabalhos Multidisciplinares.

A Goiás Parcerias foi custeada financeiramente, no exercício de 2023, por entradas de recursos referente a distribuição de dividendos efetuada pela empresa de SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., bem como por aplicações financeiras. A execução dos orçamentos seguiu todo o planejamento Orçamentário revisado e aprovado pela Gerência de Estatais (SEAD) e Secretaria da Economia.

Para o trabalho de Demonstração Contábeis do Exercício de 2023, a Goiás Parcerias contratou a empresa Audimec Auditores Independentes no ano de 2023. A Audimec atua nas áreas de Auditoria, Consultoria, Planejamento Físico-Tributário, Avaliação de Ativos e Empresas, Treinamento e Desenvolvimento Profissional há mais de 40 anos. Seguindo os padrões profissionais e éticos requeridos pelos principais organismos internacionais de Auditoria e Consultoria, a empresa possui uma estrutura eficiente para atender os mais diversos segmentos de negócios para clientes de todos os portes e de natureza pública ou privada.

O desempenho geral do ano de 2023 da Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás (Goiás Parcerias) ficou dentro do esperado, tendo em vista que foram desenvolvidas estratégias para a atividade fim, ou seja, para o desenvolvimento projetos de parcerias com a iniciativa privada. Os serviços da Goiás Parcerias estão sendo desempenhados normalmente para a Administração Direta e Estatais.



2. Os resultados alcançados ao fim do exercício:

Neste contexto, a Goiás Parcerias participou do desenvolvimento de 18 projetos, durante o ano de 2023:

- 1. CEASA** - Estruturação de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental visando a concessão de uso de uma área de ampliação da Ceasa com aproximadamente 300.000,00 m², com o objetivo de conceder tal área ao privado para ampliação de segmentos mercados, como secos e molhados. Projeto desenvolvido entre a Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa-GO) e Goiás Parcerias. A Proposta Preliminar do Projeto de Expansão foi aprovada pela diretoria colegiada e pelo Conselho de Administração da CEASA. Atualmente aguarda contratação de serviços técnicos ambientais para a área de expansão.
- 2. Marieta Telles** - Estudos de viabilidade técnico-operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídico-institucional para que seja possível apontar melhor cenário de gestão, do ponto de vista de vantajosidade para a Administração Pública Estadual. Projeto desenvolvido entre a Goiás Parcerias e Secretaria de Estado da Cultura. Grupo de Trabalho instituído e os estudos de pré-viabilidade foram concluídos. Atualmente o projeto encontra-se em fase preparatória para elaboração interna do estudo de viabilidade, além do mapeamento de potenciais parceiros.
- 3. Teatro Goiânia** - Estudos de viabilidade técnico-operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídico-institucional para o desenvolvimento de projeto de parceria com a iniciativa privada visando a revitalização e a



melhoria na operação do Teatro Goiânia. Projeto desenvolvido entre a Goiás Parcerias e Secretaria de Estado da Cultura. Grupo de Trabalho instituído e os estudos de pré-viabilidade foram concluídos. Atualmente o projeto encontra-se em fase preparatória para elaboração interna do estudo de viabilidade.

4. Ciclovias Estaduais – O objetivo do projeto consiste na elaboração de estudos técnicos desde a concepção até a operação das ciclovias, para que seja possível apontar melhor cenário de gestão das ciclovias existentes com uma gestão compartilhada entre o Estado e a iniciativa privada para gerar maiores benefícios à sociedade e vantagem para a Administração Pública Estadual. Além disso, buscar um modelo de negócio que seja economicamente viável por meio de parcerias com a iniciativa privada para custear as despesas com a manutenção das ciclovias, bem como a implantação de pontos de apoio junto à iniciativa privada. Já foi concluída a elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a implantação de pontos de apoio nas ciclovias existentes. Atualmente está em fase de contratação de projeto básico para a realização do projeto de revitalização e sinalização das ciclovias existentes.

5. PPP Habitacional - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação programa de PPP Habitacional no âmbito do Estado de Goiás. Projeto desenvolvido em conjunto pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e a Goiás Parcerias. A cotação de preços dos Estudos de Viabilidade está em andamento e a expectativa é a conclusão da contratação para o primeiro semestre de 2024.



6. Resíduos Sólidos Urbanos - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação de unidades regionais de Resíduos Sólidos Urbanos para as duas Microrregiões em conformidade com o novo marco do saneamento estadual. Projeto desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Goiás Parcerias. As tratativas com o BNDES estão em andamento para a contratação de EVTEA. Atualmente aguarda aprovação do Conselho do BNDES para prosseguir com o processo de contratação.

7. Saneamento - Desenvolvimento de Estudos de Viabilidade para a implantação de unidades regionais de Saneamento para as duas Microrregiões em conformidade com o novo marco do saneamento estadual. Projeto desenvolvido em conjunto pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA) e a Goiás Parcerias. O BNDES foi contratado para a realização do EVTEA. Atualmente o GT aguarda a contratação de Consultores por parte do BNDES para dar início aos trabalhos.

8. Goiás de Fibra - Elaboração de estudos de viabilidade técnica, operacional, econômico-financeira, socioambiental e jurídico-institucional visando apontar cenários para a implantação de projeto de construção, operação e manutenção de infraestrutura backbone de fibra ótica para transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o governo do estado de Goiás. O projeto está sendo desenvolvido em conjunto entre a Secretaria Geral de Governo (SGG) e a Goiás Parcerias. Os estudos de pré-viabilidade foram concluídos e entregues para a SGG



em janeiro/2023. A FIPE foi contratada para realizar os estudos. Está na fase preliminar de desenvolvimento do EVTEA.

9. Novas Salas de Cinema do Centro Cultural Oscar Niemeyer -

Desenvolvimento de parcerias para implantação de novas salas de cinema localizada em área próxima a subestação de energia do Centro Cultural Oscar Niemeyer. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado da Retomada e a Goiás Parcerias. Os estudos de pré-viabilidade e as minutas do Edital de PMI foram concluídos. Atualmente o grupo de trabalho aguarda autorização da Secretaria da Retomada para prosseguir com o PMI.

10. Restaurante Centro Cultural Oscar Niemeyer –

Desenvolvimento de parcerias para implantação de restaurante localizado no terraço do Centro Cultural Oscar Niemeyer para a coleta de estudos técnicos, de engenharia econômico-financeiros e jurídicos, com intuito de subsidiar decisão de parceria para o empreendimento. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado da Retomada e a Goiás Parcerias. Os estudos de viabilidade foram concluídos. Atualmente os estudos de viabilidade estão em fase de validação final por parte da Retomada.

11. Distrito de Entretenimento Esporte e Lazer -

Concessão de uso e do Estádio Serra Dourada e do Goiânia Arena com o objetivo de transformar tais ativos da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer em um Distrito de Entretenimento, Esportes e Lazer. O chamamento público para o PMI foi concluído com sucesso, tendo 3 consórcios autorizados. Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer



(SEEL), Secretaria Geral de Governo (SGG), Secretaria de Estado de Administração (SEAD), Goiás Parcerias e controlado estrategicamente pela Vice-Governadoria. Os consórcios autorizados no âmbito do PMI entregaram os Estudos de Viabilidade no dia 22/12/23.

12. Terminais Rodoviários de Passageiros - Procedimento de Manifestação de Interesse para a prospecção de estudos para a realização de concessão de 44 terminais rodoviários de passageiros, subdivididos em 8 Blocos. Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria Geral de Governo (SGG), Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR) e Goiás Parcerias. O chamamento público para o PMI foi concluído com sucesso, tendo 1 consórcio de empresa autorizado que vai apresentar estudos para os 8 Blocos de Terminais Rodoviários de Passageiros. A previsão para conclusão dos EVTEA era datada para janeiro de 2023 e foi prorrogado o prazo para apresentação dos Estudos de Viabilidade para março de 2024.

13. Parques Ecológicos Estaduais e (PEAM/PEJOL e PETER) - Desenvolvimento dos estudos de viabilidade pelo BNDES e Consórcio contratado de empresas com o objetivo de realizar concessão de uso de bem público para fins de gerenciamento, exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação de áreas localizadas em três unidades estaduais de conservação: (i) Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco - PEAMP; (ii) Parque Estadual Terra Ronca (PETER); e (iii) Parque Estadual de Serra de Caldas Novas. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



(SEMAD) e Goiás Parcerias. O processo encontra-se na etapa final de revisão dos estudos de viabilidade, entretanto por conta da polêmica envolvendo o PEAMP, em específico sobre a exploração do espelho d'água do Reservatório João Leite, está sendo estudado a substituição do PEAMP pelo Parque Estadual de Pirineus de Pirinópolis que já possui Plano de Manejo aprovado no âmbito estadual. No que diz respeito ao PETER, como as grutas são de competência da União, existe um processo junto a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para autorização da concessão do PETER, com a inclusão das grutas, fato este que impediu os avanços com a concessão deste parque.

14. Parques Ecológicos Estaduais I (PESCAN) - Desenvolvimento dos estudos de viabilidade pelo BNDES e Consórcio contratado de empresas com o objetivo de realizar concessão de uso público da unidade de conservação do Parque Estadual de Serra de Caldas Novas. O projeto está sendo desenvolvido entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e Goiás Parcerias. No que se refere ao Parque Estadual de Serra de Caldas Consulta Pública ocorreu entre os dias 18 de julho de 2023 a 18 de agosto de 2023, o extrato da concessão já foi enviado para o Tribunal de Contas de Goiás (TCE-GO) e atualmente os estudos estão sendo revisados e aprofundados por conta da inclusão do Teleférico como investimento obrigatório no âmbito da concessão.

15. Rodovias Estaduais - Desenvolvimento de estudos de viabilidade técnica, engenharia, econômica e ambiental para a concessão de serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, operação e



investimentos em implantação de melhorias rodoviárias com extensão aproximada de 702 km de rodovias estaduais. Projeto desenvolvido entre a Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra), Secretaria de Estado da Economia e Goiás Parcerias, em conjunto com o BNDES. Os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) contratado pelo BNDES foram concluídos. Foi assinado um convênio de delegação do Estado de Goiás com o Governo Federal de 4 rodovias estaduais (GO-020, GO-050, GO-060 e GO-070).

16. Marco do Saneamento e Resíduos Sólidos (Apoio Regulatório) - A Goiás Parcerias participou de um Grupo de Trabalho liderado pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), apoiado pela Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), em 2021, que teve como produto final a elaboração de uma Nota Técnica Conjunta que subsidiou o capítulo de Resíduos Sólidos do Projeto de Lei da Regionalização do Saneamento no Estado de Goiás enviado pelo governo estadual para Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) em julho de 2021. O projeto de Lei da regionalização do saneamento e resíduos sólidos foi aprovado pela ALEGO no ano de 2023.

17. Logística Reversa - Apoio regulatório para a estruturação de arcabouço legal para regular a logística reversa no âmbito do Estado de Goiás. O Decreto Estadual que regula a logística reversa de embalagens foi sancionado em 2023. Além disso, foi formado um comitê e que conta com a participação de dois integrantes da Goiás Parcerias em parceria com



outros órgãos, como SEMAD, SIC e Ministério Público, com fulcro no acompanhamento da implementação da política pública.

18. Nova RMTC (Ônibus Elétricos) – A Goiás Parceria prestou apoio regulatório a Secretaria Geral de Governo (SGG), para a reformulação do sistema de transporte com a inclusão do modal elétrico no âmbito estadual. Por intermédio da Lei Complementar nº 187/2023 foi autorizada a reestruturação dos contratos de concessão do SIT/RMTC em vigor decorrentes do Edital de Concorrência CMTC nº 01/2007, e na regulamentação expedida pela Deliberação nº 09/2023 e 10/2023 da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos - CDTC. A previsão é que os ônibus elétricos articulados e biarticulados já comecem a operar no Eixo Anhanguera operado pela Metrobus no ano de 2024.

3. A contribuição da estratégia, da governança e da alocação de recursos para o alcance dos resultados:

Para a execução das metas e alcance dos resultados, foram alocados recursos humanos e de infraestrutura. A equipe dedicada ao desenvolvimento das metas relacionadas aos projetos, estruturação dos estudos de viabilidade para as parcerias público-privadas e concessões é composta pelos seguintes servidores:

- I. 01 Diretor Técnico;



- II. 01 Assessor Técnico de Nível Superior I;
- III. 01 Assessor Técnico de Nível Superior II;
- IV. Assessor Técnico Nível Superior III;
- V. Assessor Técnico Nível Superior IV;
- VI. Assessor Técnico de Nível Médio I;
- VII. Assessor Técnico de Nível Médio III;

Há também no quadro pessoal da Companhia, duas assessoras jurídicas, bem como, duas assessoras da área de comunicação, que, concomitantemente atua na área técnica juntamente com as outras áreas da Goiás Parcerias. A estrutura física disponibilizada consiste em instalações adequadas para a realização das reuniões pertinentes. Não foi necessária a aplicação de recursos financeiros para realização dos estudos preliminares para estruturação das parcerias, uma vez que a Companhia atua como assessoria técnica às pastas estaduais, que são as detentoras do projeto. A governança do desenvolvimento dos projetos da companhia consistiu, basicamente, na condução dos grupos de trabalho, formados por integrantes das secretarias e órgãos, a partir de articulação institucional pela Presidência da Companhia.

4. As justificativas para objetivos ou metas não atingidos;

A Companhia trabalhou com afinco para o alcance de todas as metas previstas em relação a estruturação e desenvolvimento dos projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas.



No entanto, vale ressaltar que diversos fatores externos impactaram a celeridade na entrega de alguns resultados, como projetos que as pastas responsáveis optaram por outras formas de contratação dos serviços. A exemplo disso, o projeto ligado aos ônibus elétricos e da Iquego.

Neste contexto, a estratégia das pastas responsáveis foi a não continuidade dos projetos por meio de Parcerias Público-Privadas ou concessão. Diante do cenário apresentado, após assessorar na fase inicial dos projetos, a Goiás Parcerias findou sua atuação institucional.

Não obstante, o atraso provocado por fatores externos no alcance das metas não ficou comprometido, tendo, inclusive, como fruto do trabalho desenvolvido pela Companhia, o acréscimo de três novos projetos de parcerias para o estado de Goiás.

5. Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

As contratações da Goiás parcerias foram realizadas com a inclusão de critérios de sustentabilidade de acordo com três fatores:

I - Avaliação da real necessidade da aquisição pretendida;

II - A decisão da contratação levou em conta as circunstâncias sob as quais o produto foi gerado, considerando os materiais de produção, as condições de transporte, entre outros;

III - Através de uma avaliação em relação ao seu futuro, ou seja, como o produto pretendido se comportará durante sua fase útil e após sua disposição



final, significa avaliar, no caso de produtos, o seu ciclo de vida.

Escolhendo sempre itens mais eficientes para maior economia a médio e longo prazo, além de ser uma opção que garante um menor impacto ambiental e social. A partir de uma análise mais ampla, a condição mais vantajosa para a Administração parte não mais da comparação estrita do preço de aquisição, mas, de uma avaliação mais completa da economicidade do ciclo de vida daquele produto ou equipamento.

6. Ações para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes:

A Goiás Parcerias vem conscientizando todos os colaboradores sobre a necessidade de poupar recursos, eliminar desperdícios, bem como em ações de coleta seletiva e envio de material para reciclagem.

Temos também todo o cuidado e atenção para quando dos estudos e execução de projetos em nossa área técnica em observância e cumprimento da legislação ambiental com estudos prévios e entendimentos com os setores ambientais de todas as esferas de governo, bem como do terceiro setor e entes privados, cumprindo todo o processo de licenciamento necessário.

7. Aprovação e Vigência:

Este Relatório deverá ser aprovado por meio da ata de reunião da Diretoria Colegiada da Goiás Parcerias, realizada no dia 27 de maio de 2024,

Goiás Parcerias



data em que passa a vigorar.

Goiânia, 27 de Maio de 2024.

Diego de Oliveira Soares

Diretor Presidente

Luiz Ernesto Rodvalho Villela

Diretor Vice-Presidente

Maxuêlo Braz de Paula

Diretor Administrativo de

Regulação e Governança

Heitor Dias Camargo

Diretor Técnico